





Vivianne Thayná Teixeira Amaral Universidade Federal do Pará,
Belém, PA, Brasil viviamarall@gmail.com www.orcid.org/0009-0008-3393-5757**Roselene de Souza Portela** Universidade Federal do Pará,
Belém, PA, Brasil roselene@ufpa.br www.orcid.org/0000-0003-3339-3528

Uma reflexão acerca da política de Assistência Social no período da pandemia da COVID-19 em Maracanã/PA

RESUMO

O referido trabalho busca lançar luz acerca da Política de Assistência Social, tendo em vista que tal política circunscreve-se amparada no sistema capitalista e, apresenta-se, portanto, com intensas marcas contraditórias. Para tanto, a pesquisa teve como lócus de estudo o município de Maracanã/PA. A questão e objetivo central, então, é entender a respeito de como se desenvolve a Política de Assistência Social em Maracanã/PA. Sendo assim, elencou-se como objetivos específicos: resgatar a historicidade das políticas sociais no Brasil; compreender o desenrolar da Política de Assistência Social no Brasil, e apreender o desenvolvimento da Política de Assistência Social no município. Nesse sentido, o método utilizado foi o materialismo histórico dialético de Karl Marx, tendo por metodologia a fundamentação na pesquisa qualitativa, utilizando-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, documental e observação. Em vista disto, o trabalho trouxe como resultados, a visualização da reprodução de práticas assistencialistas e filantrópicas realizadas pela gestão maracanaense que se propagaram frente a uma crise sanitária, com distorções de programas e projetos que deveriam enfatizar, dialogar e convergir aos direitos sociais através do viés emancipacionista, mas que se reproduzem na contradições do sistema.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Maracanã/PA. COVID-19.

A reflection on social assistance policy during the COVID-19 pandemic in Maracanã/PA.

ABSTRACT

This work seeks to shed light on the Social Assistance Policy, considering that such policy is circumscribed supported by the capitalist system and, therefore, presents itself with intense contradictory marks. To this end, the research had as its locus of study the municipality of Maracanã/PA. The central question and objective, then, is to understand how the Social Assistance Policy is developed in Maracanã/PA and for that, the following specific objectives were listed: a) To recover the historicity of social policies in Brazil; b) To understand the development of the Social Assistance Policy in Brazil, c) To understand what were the actions carried out in the face of the covid-19 pandemic in Maracanã/PA and d) To apprehend the development of the Social Assistance Policy in the municipality. In this sense, the method used was Karl Marx's

dialectical historical materialism, having as methodology the foundation in qualitative and exploratory research, based on the methodological procedures: bibliographic research and observation. In view of this, the work brought as results, the visualization of the reproduction of welfare and philanthropic practices carried out by the Maracanaense management that propagated in the face of a health crisis, with distortions of programs and projects that should emphasize, dialogue and converge to social rights through an emancipationist bias, but which are reproduced in the contradictoriness of the system.

Keywords: Social Assistance Policy. Maracanã/PA. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social, como política garantida por lei, no intuito de atender as necessidades dos usuários que vivem em vulnerabilidades socioeconômicas frente a precarização da vida em sociedade, apresentou-se em foco no período pandêmico da COVID-19, haja vista o acirramento das expressões da questão social que se desenvolveram devido aos rebatimentos e impactos inigualáveis que afetaram a população.

Diante disso, desvelar a respeito da política supramencionada requer discernir acerca de conceitos e categorias para compreensão de elementos políticos, econômicos e sociais, de maneira conjuntural e estrutural, no intuito de analisar e desvendar as ações realizadas neste período, bem como, compreender se as mesmas objetivaram o atendimento qualificado aos usuários que recorreram aos serviços.

Para tanto, o trabalho fundamentou-se no método do materialismo histórico dialético de Karl Marx, o qual é possível compreender além da imediatez imposta pelo sistema capitalista, permitindo vislumbrar a essência dos fenômenos que se realizam cotidianamente. Isto se faz imprescindível para apreender na atual conjuntura a correlação de forças, a forma política instaurada e o modo de produção. Assim,

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (Netto, 2009, p. 7).

Para tal propositura, no movimento do concreto existente é ineliminável o entendimento que se faz acerca das contradições societárias, o que também é indissociável a este estudo. Nesse sentido, ao analisar Lukács (2012), este demonstra que a contraditoriedade se constitui na força motriz deste processo social e é o motor das relações existentes. Além do mais, ela reproduz-se de um modo natural revelando-se como um princípio independente, possibilitando apreendê-la ao visualizar a realidade.

Por intermédio disto, o caminho traçado mediante a metodologia que se ampara no método defendido, utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica retomando autores que discorrem a respeito da Política de Assistência Social, pandemia da COVID-19 e do município de Maracaná/PA. E, para tanto, realizou-se o fichamento dos textos lidos e levantamento nos sites da prefeitura sobre as ações realizadas no período de 2020-2023.

Assim, propõe-se como objetivo entender o desenvolvimento da Política de Assistência Social em Maracanã/PA e, para isso elencou-se como objetivos específicos: resgatar a historicidade das políticas sociais no Brasil; compreender o desenrolar da Política de Assistência Social no Brasil; e apreender o desenvolvimento da Política de Assistência Social no município.

Por esse viés, o trabalho encontra-se dividido em 4 partes, sendo elas: Introdução, 2. Políticas sociais no Brasil e o desenvolvimento da Política de Assistência Social, 3. Uma reflexão sobre a Política de Assistência Social em Maracanã/PA; e, por fim, as Considerações finais.

2 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL E O DESENVOLVER DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conforme Behring e Boschetti (2009, p. 8), o processo de desenvolvimento por meio da colonização do Brasil foi diferenciado de outros países, ou seja, o “seu surgimento não acompanha o mesmo tempo histórico dos países centrais” provenientes diretamente das relações e conflitos no trabalho onde “a questão social já existe com manifestações de pauperismo e iniquidade”.

De acordo com Faleiros (2004), as políticas sociais no Brasil têm sua origem no século XX, criadas através de serviços, auxílios, programas e projetos em cada gestão governamental, a depender dos critérios clientelísticos e burocráticos. Por conseguinte, o Estado brasileiro veio apresentando em novos discursos de desenvolvimento, progresso e ordem amparados em velhas roupagens.

O Estado Brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. O desenvolvimento da política social entre nós acompanha aquelas fricções e dissonâncias e a dinâmica própria da conformação do Estado (Behring; Boschetti, 2009, p. 75).

Observa-se que as políticas sociais são “instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora” (Montaño, 2007, p. 39), isto é, elas reproduzem-se no capitalismo de forma dual por meio do conflito entre as classes.

Ademais, Faleiros (2004, p. 45) define que as políticas sociais “são formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o

processo de exploração capitalista”. Assim, elas surgem como um produto estratégico da dinâmica societária, por meio da gestão do processo que obstaculiza a participação da classe trabalhadora, a qual as respostas dadas são utilizadas e propagadas como forma de subordinação.

A proteção social é projetada por meio da Política Social como forma de manter o homem disponível ao processo de trabalho sem interrupções, sob condições aptas para realizá-lo. Assim,

A proteção social gerida pelo Estado burguês procura conciliar interesses antagônicos e sempre se defrontou com o seguinte impasse: atender necessidades sociais como questão de direito ou de justiça, contando com recursos econômicos escassos porque, de acordo com a lógica capitalista, a riqueza deve gerar mais riqueza e, portanto, ser investida em atividades economicamente rentáveis (Pereira, 2013, p. 637).

Cabe resgatar a respeito da historicidade e sua vinculação com as políticas sociais. Assim, de acordo com Behring e Boschetti (2006), ocorreu a Revolução Russa em 1917, a fundação do PCB em 1922, seguindo a crise de 1929 no Brasil, a qual data o fim do liberalismo e exige ao Estado nova postura e intervenção social.

Sob o governo de Getúlio Vargas instaura-se a Revolução de 1930, num contexto de industrialização e para mediar as manifestações, apresentou-se as Políticas Sociais para o trato entre patrões e empregados criando os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs)¹, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o Salário Mínimo, Ministério do Trabalho e etc. Assim, as políticas sociais “ora são vistos como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores” (Faleiros, 2004, p. 8). Apreende-se, conforme Behring e Boschetti (2006, p.71), que “as políticas sociais se generalizam nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período”.

É oportunamente importante refletir que, em 1964, ocorreu no Brasil a Ditadura Militar, a qual as políticas sociais brasileiras enveredavam pela lógica tecnocrática e conservadora sob um discurso de modernização (Behring; Boschetti, 2009). Reeditando o período anterior observaram-se práticas benemerentes, filantrópicas e perdas das liberdades democráticas.

De acordo com Pereira (2009), ocorreram modificações nas forças produtivas ensejando participação consciente do processo de trabalho, da miséria e da precarização da

¹ “Os IAPS ofereciam um conjunto de benefícios e serviços de acordo com a contribuição dos trabalhadores, dos empresários e do Estado, que não eram uniformes e, possuíam uma orientação *contencionista*, diga-se, estavam menos preocupados com a prestação de serviços e mais com a acumulação de reservas financeiras” (Behring; Boschetti, 2009, p. 107).

vida, caracterizado como um processo revolucionário a partir de uma ação subjetiva da classe trabalhadora.

Cabe destacar que apesar da década de 1980 ser considerada *década perdida* devido à estagnação econômica, volatilidade política e falta de reformas internas, vê-se que:

A Constituinte tornou-se uma grande arena de disputas e de esperança de mudanças para os trabalhadores brasileiros, após a sequência de frustrações. Sua presença e sua ação interferiram na agenda política ao longo dos anos 1980 e pautaram alguns eixos na Constituição, a exemplo de: reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais (Behring; Boschetti, 2009, p. 141).

A democracia participativa crescia, mesmo com a presença do forte autoritarismo, da cultura senhorial, patrimonial e clientelista. Como aponta Behring e Boschetti (2009, p. 182), o intuito do controle democrático significa “remar contra a maré”, isto é, enfrentar os obstáculos conservadores que aparecem no entrelace econômico, político e cultural.

A Constituição Federal de 1988, após lutas intensas, traz em seu bojo a Seguridade Social sob três pilares: Saúde, Previdência e Assistência Social. Assim, o Estado reconhece a Assistência Social² como política de proteção social (Abreu, 2016).

Art. 203. A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social, e tem por objetivos: I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- amparo as crianças e adolescentes carentes; III- a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei, V- a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza (Brasil, 1988, s/p).

Conforme Yazbek (2014), a Constituição de 1988 traz uma nova roupagem diferente das formas de assistência social anteriores e que, em 1993, regulamenta-se a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/93 instituída pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

A Assistência Social é intrínseca ao Sistema de Proteção Social, a qual consiste em realizar acolhimento às pessoas que se encontram sem o atendimento das suas necessidades básicas, haja vista que a “Proteção Social se configura como porta de entrada para a promoção social, com a criação e valorização do capital humano e a institucionalização das políticas sociais” (Godinho, 2011, p. 4).

² A Assistência Social já vinha sendo desenvolvida com práticas pontuais que ganhavam grande notoriedade ao serem utilizadas pelos governantes. Assim, no governo do presidente Getúlio Vargas, como forma de viabilização estratégica assistencial às famílias foi possível verificar a criação em 1942, da Legião Brasileira de Assistência (LBA) (Behring; Boschetti, 2009).

No entanto, a década de 1990 apresentou-se com desmontes e reformatação do Estado, adaptando a Assistência Social à uma forma pragmática, imediatista, antipública, privatista e de transferência de responsabilidades ao terceiro setor.

A “reforma” acabou tendo um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o boom da dívida pública. Houve uma forte tendência de desresponsabilização pela política social, acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social. Ocorreu um crescimento da demanda social, associado ao aumento do desemprego e da pobreza (Behring; Boschetti, 2009, p. 155).

Fagnani (2011) expressa que o período 1993-2002 é intitulado como *Retomada das Reformas Liberalizantes*, que ocorrem sob um conjunto de estratégias macroeconômicas entrelaçadas com a possibilidade de desenvolvimento social. No entanto, vislumbrou-se um expressivo paradoxo nas políticas sociais, dentre elas, a assistência social.

Após as eleições, assume a presidência Luís Inácio Lula da Silva em 2003 e naquele período a política social adere a uma sistematização de retração dos investimentos sociais. E, para tanto, segundo Freitas (2007, p. 70), a assistência social atuou com ações direcionadas aos que vivem à margem da extrema pobreza, no tocante a criação de programas que permitem a erradicação da fome, sendo criado o Programa Fome Zero, em 2003, o Programa Bolsa Família e, em 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Ademais, em 2004, a partir da Conferência Nacional de Assistência Social, foi aprovada a Política de Assistência Social (PNAS), a fim de implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para articular em todo o território nacional serviços de assistência social ao ensejar universalidade nas ações através das três esferas.

Entretanto, para Belik e Del Grossi (2003), o programa criado ignora a causa fundante da pobreza, com a transferência de rendas mínimas que não promovem a emancipação do ser social. Também Lavinias (2005, p. 1) afirma que o “Fome Zero reúne vários programas de espectro restrito entre a velha distribuição de cestas de alimentos”.

Nesse sentido, a assistência social no governo Lula acaba por atender aos ditames neoliberais com desproteção social, alta seletividade do público-alvo, rigorosos critérios de atendimento e valores de renda ínfimos.

No período de 2011 a 2016, assumiu a presidência Dilma Rousseff, a qual em relação à Política e Assistência Social constituiu, através da Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), consoante o Art 2º, por objetivos: a *Proteção Social*, a *Vigilância Socioassistencial* e a *Defesa dos direitos*. A Proteção Social, portanto,

organizando-se em *Proteção Social Básica*, ofertada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); e *Proteção Social Especial*, subdividida em Média e Alta Complexidade e oferecida através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Nos anos de 2019 a 2023, Jair Bolsonaro assumiu a presidência e, de acordo com Castilho e Lemos (2021, p. 273), o período não apresentou propostas de proteção social e nem debates sobre as políticas sociais, corroborando para anuência da população que não percebe sua aniquilação cotidiana, tornando-se “favorável à destruição no campo dos direitos sociais”.

Ademais, o período foi atravessado por uma crise sanitária avassaladora – pandemia da covid-19 – acoplada a uma série de desfinanciamentos, políticas sociais invisíveis, desmonte de direitos, corroborando para o acirramento das intensificadas explorações da classe trabalhadora. Ocorre, então, uma “perversa estrutura de convencimento da contenção de gastos públicos sociais por meio do reforço da ideologia burguesa, estabelecida como o foco prioritário” (Matias; Barros, 2019, p. 343).

Em meio a pandemia da covid-19, ao ser instituído o *Auxílio Emergencial* através do Decreto nº 10.282/2020, que, segundo Carvalho e Costa (2021), visava o atendimento pela Assistência Social por meio dos serviços essenciais aos que vivem em vulnerabilidade social e econômica em meio à crise da covid-19. Enfatiza-se que, apesar do valor recebido, o mesmo, segundo Castilho e Lemos (2021), não daria conta do mínimo de sobrevivência frente aos grandes impactos que incidiram sobre a classe trabalhadora.

Visto estes momentos que tornam-se imprescindíveis para compreensão das políticas sociais e da política de assistência social, apreende-se, então, que a busca pela emancipação do usuário tem-se realizado vazia e com imenso déficit, que, de acordo com Boschetti e Behring (2006), a forma de gerir tal política vem obstaculizando o avanço das lutas direcionadas ao emancipar, sem soluções às desigualdades, reproduzindo-se de forma contraditória.

3 UMA REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MARACANÃ/PA

3.1 Caracterização do município

Conforme dados do IBGE (2021a), Maracanã/PA possui uma área territorial de 807,628 Km² e população estimada de 29.559 pessoas, com densidade demográfica de 33,16 hab/km² (2010a), apresentando Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0.570 e Produto

Interno Bruto (PIB) de 7.774,15. Reitera-se que, segundo o IBGE (2010a), o IDH do município o coloca na posição 84º em relação ao ranking dos 144 municípios do Pará e no Brasil em 4841º, e quanto ao PIB refere a posição 97º relacionado ao estado do Pará e 2451º ao Brasil.

Assim, como forma de aprofundar e caracterizar o entendimento acerca da população maracanaense, já evidenciando a importância da assistência social, consoante informações do CECAD (2022), relacionado ao Cadastro Único, existem 9.044 famílias cadastradas, sendo 653 famílias em situação de pobreza, 6.854 em extrema pobreza, 712 consideradas de baixa renda e 825 famílias que recebem acima de ½ salário mínimo. Além disso, o número maior de usuários cadastrados refere-se a faixa etária de 7 a 15 anos, totalizando 4.933 pessoas, e em segundo lugar entre 18 a 24 anos, sendo 4.074. Visualiza-se o adensamento da vulnerabilidade social das famílias maracanaenses e a busca por serviços socioassistenciais, portanto, a alta necessidade das ações de assistência social no município.

De acordo com o relatório do Auxílio Brasil e Cadastro Único (2022), “no mês de abril de 2022, o município teve 6.666 famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Brasil, totalizando um investimento de R\$ 1.368.300,00 e um benefício médio de R\$ 205,27”. No entanto, ao visualizar o quantitativo total de famílias cadastradas no CadÚnico, observa-se que 1.553 famílias ficaram de fora do recebimento.

Relacionado aos serviços de saúde e aos atendimentos de emergência, segundo o IBGE (2009), o município assume a posição 45º no ranking do Estado do Pará e 896º no Brasil, totalizando 21 estabelecimentos de saúde, o qual o 1º é particular e 20º é do público (SUS). Em todos não há internação.

Relacionado ao saneamento, segundo o IBGE (2017), ocorreu o abastecimento de água de 1.830 em residências abastecidas compreendendo 11 km, o que ao equiparar com o número de famílias cadastradas no CadÚnico (9.044), ficam de fora 79,7% de famílias sem abastecimento de água acirrando a vulnerabilidade social.

Em relação à educação, segundo o IBGE (2010b), no município há 78 escolas de ensino fundamental, 2 de ensino médio e nenhuma de ensino superior. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade compreende 98,1%, o que nos anos iniciais do ensino fundamental registram 4,5, e anos finais 3,8, ratificando um decaimento e, conseqüentemente, a não finalização do ensino fundamental.

Assim, verifica-se a importância de uma assistência social eficaz no município de Maracanã/PA, tendo em vista a alta vulnerabilidade social e econômica, vislumbrando a alta taxa de usuários que não conseguem acessar o mínimo de suas necessidades básicas.

3.2 A política de assistência social em Maracanã/PA: avanços ou retrocessos?

Identificado o município, vale, então, ressaltar acerca da Política de Assistência Social que é desenvolvida no referido locus em análise e, antes disso, conforme o Ministério da Cidadania, a assistência social:

É uma política pública da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); um direito de todo cidadão que dela necessitar. Ela está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Com um modelo de gestão participativa, o Suas articula os esforços e os recursos dos municípios, estados e União para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2022, s/p).

A assistência social visa o atendimento por meio de serviços a indivíduos, famílias e grupos em vulnerabilidade social, que apresentam o comprometimento do acesso aos direitos sociais e, voltam-se, portanto, a inserção do usuário na sociedade no sentido de promovê-lo e viabilizar sua autonomia. Nesse sentido, apreende-se que as vulnerabilidades que decorrem são rebatimentos da produção e reprodução do capitalismo, que geram diretamente as expressões da questão social vivenciada por tais usuários.

Portanto, a assistência deve ser olhada a partir das múltiplas determinações que permitem o entendimento acerca da vivência do usuário, como foi demonstrado nos dados da assistência social, da saúde, da educação e do saneamento. Fatores estes, que já permitem visualizar o adensamento das expressões da questão social e, portanto, o leque de vulnerabilidades explícitas que necessitam da intervenção de uma política de assistência social que, de fato, viabilize os direitos sociais.

Nesse estado de alerta relacionado ao município de Maracanã/PA, como meio de desenvolver as políticas sociais, no sentido de qualificá-las referente ao atendimento à população, busca-se através do funcionamento de órgão públicos, o desenvolvimento e promoção da qualidade de vida do usuário no intuito de garantir a universalidade, equidade, integralidade e acessibilidade aos serviços.

É relevante referir que a Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMTEPS), respaldada, a promoção e efetivação da Política de Assistência Social, menciona

por intermédio da Prefeitura de Maracanã/PA (2022), a NOB-SUAS / RESOLUÇÃO Nº 33, de dezembro de 2012, a qual, enfatiza a:

Proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Parágrafo único. A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social.

A fim de identificá-la, de acordo com o Organograma do SEMTEPS, a Secretaria é composta pelo Departamento de Desenvolvimento Social – compreendendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Assessoria Técnica – a qual é ramificada em Coordenação do Programa Bolsa Família, Conselho Municipal de Assistência Social (CNAS), Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente (CMDCA) e Coordenação de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – somados ao Departamento de Habitação (Maracanã/PA, 2022).

Ademais, é imprescindível lançar luz acerca do Índice de Progresso Social (IPS) (2018), que referenda o município de Maracanã/PA e expõe acerca das seguintes dimensões: necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e oportunidades. Referente às Necessidades Básicas, a pontuação foi de 59,01, com classificação de 397, a qual o critério de *Nutrição e Cuidados Médicos Básicos* foi considerado relativamente neutro, a *Água e Saneamento* relativamente forte, *Moradia* relativamente fraca e *Segurança Pessoal* relativamente neutro.

Em relação aos Fundamentos para o Bem-Estar, a pontuação foi de 68,79, com classificação de 113, sendo este ramificado em “Acesso ao conhecimento básico” considerado relativamente fraco, “Acesso à informação e comunicação” sendo relativamente forte, “Saúde e Bem-Estar” relativamente neutro e “Qualidade do meio ambiente” relativamente neutro. Alusivo às Oportunidades, a pontuação foi de 47,53, com classificação de 420, tendo como critérios avaliadores, os “Direitos individuais, Liberdade individual” e de escolha, “Tolerância e inclusão e Acesso à Educação Superior”, todos estes considerados relativamente neutros.

A partir disso, nota-se imediatamente a abrupta neutralidade no município dos serviços que são prestados, ficando em 100% neutros serviços como: segurança pessoal, saúde e bem-estar, qualidade do meio ambiente, direitos individuais, liberdade individual e de escolha e tolerância e inclusão. A qual o aspecto forte aparece em apenas 3 componentes: água e

saneamento, acesso ao conhecimento básico e acesso à informação - e mesmo assim não estão em 100%.

Verifica-se por meio disso, que o município de Maracanã/PA tem caminhado a passos curtos frente a dimensões tão primordiais para o social, de forma que deixa de fora da proteção social serviços e aspectos basilares e principais para o desenvolvimento humano. Por meio disso, faz-se imprescindível o desenvolvimento qualitativo da Política de Assistência Social na região, do entendimento acerca da população maracanaense, no sentido de ofertar e viabilizar emancipação aos usuários que vivem em vulnerabilidade socioeconômica.

Para tanto, a emancipação defendida aqui, corrobora com uma nova construção de sociabilidade, de forma que os sujeitos possam alcançar a liberdade, implicando na eliminação de toda e qualquer forma de exploração da dominação do homem por outro homem (Boschetti, Behring, 2006). Ou seja, a emancipação para com as políticas sociais, realiza-se na preponderância de resistência ao capital ao acessar os direitos humanos, sociais e econômicos, com promoção e desenvolvimento pleno do homem, prevalecendo a autonomia do usuário frente às precariedades que o sistema impõe.

Conforme reflete Boschetti e Behring (2021), a intensa precarização nas condições de trabalho na pandemia da covid-19, fez surgir um universo de quase 50% da população brasileira, os quais se viram da noite para o dia sem saídas, encontrando-se sem nenhum tipo de remuneração, sem acesso a benefícios assistenciais, sem poder sair às ruas para buscar algum tipo de atividade informal para que pudessem assegurar um mínimo de sobrevivência.

Ocorreu, portanto, a agudização das desigualdades não somente econômicas, mas somadas a estas: sociais, estruturais, culturais e políticas. O que veio atingir diretamente e de forma mais intensa a classe que vive do trabalho. Exposto isto, com o intuito de resolubilidade dos fatos, estratégias foram criadas pelas gestões em todo o mundo, e vale aqui aludir à gestão de Maracanã/PA.

Por intermédio disto, foi observado por meio do site da prefeitura que durante os anos de 2020-2023, algumas atividades foram realizadas pelos órgãos da assistência social de Maracanã/PA, sendo SEMTEPS, CRAS e CREAS, podendo, então, ser vislumbrado diversas notícias das intervenções que foram executadas no município. Como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 1 - Levantamento das ações realizadas pela Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social de Maracanã/PA de 2021 a 2023

Qt.	Data	Intervenção
-----	------	-------------

1	25.03.2021	“Entrega de cestas básicas e diagnóstico de riscos pela primeira dama”
2	09.04.2021	“Primeira dama e Assistência Social realizam ação de páscoa para as crianças”
3	15.04.2021	“Oficinas oferecidas pelo CRAS de Maracanã/PA”
4	23.04.2021	“CRAS e Secretaria de Agricultura e Pesca realizam curso de panificação em Maracanã/PA”
5	11.05.2021	“É hora de combater o abuso sexual de crianças e adolescentes”
6	06.05.2021	“O CRAS quer saber: qual curso você comerciante escolheria para que fosse ofertado pelo CRAS de Maracanã/PA”
7	14.05.2021	“Curso de processamento de frutas para os maracanaenses”
8	25.06.2021	“Entrega dos cheques do Programa sua casa”
9	04.07.2023	“Assistência Social de Maracanã/PA faz coleta pelo PAA dos agricultores familiares do município”
10	22.07.2021	“Cineminha do CRAS oferece entretenimento para as famílias de Maracanã/PA do CRAS”
11	21.07.2021	“CRAS realizará duas sessões de cinema para crianças e adolescentes”
12	24.08.2021	“Agosto: mês da primeira infância – campanha terá programação especial em Maracanã/PA”
13	01.09.2021	“9ª Conferência Municipal de Assistência Social”
14	16.09.2021	“CRAS Maracanã/PA realiza a terceira entrega do ano do PAA”
15	08.10.2021	“Assistência Social de Maracanã/PA inicia o projeto Ser Criança”
16	19.10.2021	“Projeto Ser Criança é realizado na sede e no interior de Maracanã/PA”
17	03.12.2021	“Programa de Aquisição de Alimentos beneficia mais de 200 famílias em Maracanã/PA”
18	15.12.2021	“Maracanã/PA recebe caminhão para Programa de Aquisição de Alimentos”
19	16.03.2022	“Projeto Pró fitness em Maracanã/PA”
20	08.03.2022	“Assistência Social promove tarde festiva em comemoração ao dia das mulheres”
21	19.04.2022	“Casamento Comunitário”
22	06.05.2022	“Pró fitness especial”
23	18.05.2022	“Dia 18 de maio – dia nacional de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes”
24	17.05.2022	“Cresce o número de atendidos pelo projeto pró fitness”
25	07.07.2022	“Cine CRAS é realizado pelo segundo ano consecutivo”
26	16.08.2022	“Festa do dia dos pais do projeto vida ativa”
27	23.08.2022	“Programa Criança Feliz entrega 100 enxovais em Maracanã/PA”
28	13.10.2022	“Comemoração do dia dos idosos do projeto vida ativa”
29	05.10.2022	“Projeto Ser Criança no mês de outubro”
30	13.10.2022	“Feliz dia das crianças em Maracanã/PA”
31	13.10.2022	“Projeto ser criança está de volta”
32	13.10.2022	“Secretaria de Trabalho e Promoção Social oferta curso de flores artificiais”

33	15.10.2022	“Curso de flores artificiais é realizado em Maracanã/PA”
34	25.10.2022	“Projeto Ser Criança faz alegria dos baixinhos no Campo da Mangaba”
35	25.10.2022	“Projeto Ser Criança no Bom Jardim”
36	01.11.2022	“Encerramento do mês das crianças na Vila da Penha”
37	10.11.2022	“Oficina de Feltro”
38	21.12.2022	“Entrega de brinquedos para as crianças de Maracanã/PA”
39	27.12.2022	“Inauguração do Centro de Convivência do CRAS”
40	12.01.2023	“SEMTEPS participa da capacitação para o PAB”
41	08.03.2023	“Mais de 300 famílias beneficiadas com o Programa Sua Casa”
42	19.02.2023	“Curso de flores em E.V.A é ofertado pelo SEMTEPS”
43	05.03.2023	“Curso de flores é realizado na comunidade de Pauxis”
44	09.03.2023	“Vida ativa está de volta”
45	20.03.2023	“Projeto Pró Fitness completa 1 ano de atividades”
46	23.03.2023	“SEMTEPS finaliza o curso de flores na Vila de São Roberto”
47	31.03.2023	“Conclusão do curso: Ovos de Colher”
48	27.03.2023	“SEMTEPS participa do Dia do Circo nas escolas infantis do município”
49	17.04.2023	“Projeto Ser Criança especial da Páscoa atende a novas comunidades”
50	15.04.2023	“SEMTEPS realiza oficinas de chocolate”
51	25.04.2023	“Ser Criança especial de Páscoa chega em reta final”
52	03.05.2023	“Cinema é realizado no CRAS”

Fonte: Teixeira, Vivianne T. de A. Levantamento das ações realizadas pela Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social de Maracanã/PA de 2021 a 2023. 2023.

Observa-se por meio deste quadro, diversas ações realizadas pela assistência social no município. São ações que se voltam a entregas de cesta básica; a comemorações de festividades, como páscoa e dia das crianças; a cursos profissionalizantes; aos projetos desenvolvidos no município; e aos serviços.

No intuito de identificá-las, observa-se que referente à cesta básica ocorre 1 ação, ao Programa de Aquisição de Alimento 4 ações, 17 atividades de ações comemorativas, relacionado às informações, 5 ações; cursos, capacitações e oficinas há 12 ações, habitação por meio do Programa Sua Casa, 2 ações, 1 atividade de Conferência Municipal de Assistência Social e 10 ações voltadas a projetos.

Ao serem analisadas tais notícias, ressalta-se, visto em maior número as ações comemorativas, que as mesmas informam que oferecem brincadeiras, lanches, cinemas, mas

não mencionam algum diálogo através de rodas de conversas ou palestras que discutem sobre os direitos sociais e sobre a importância da emancipação.

Exposto isto, alude-se à duas postagens realizadas sobre o dia 18 de maio – Dia contra a violência sexual – não demonstram ações de conscientização ou diálogo com a sociedade, haja vista que apenas foi realizado uma postagem para lembrarem sobre o dia. Outro ponto, são os projetos ofertados, os quais incluem idosos, adolescentes e crianças. Estes relatam acerca das atividades realizadas, mas não referem nenhum repasse de informações sobre a leis, ou o Estatuto do Idoso ou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Pode-se compreender que exatamente 50% das notícias observadas referentes às ações da Assistência Social realizada em Maracanã/PA, voltam-se aos projetos desenvolvidos no município e às ações comemorativas. Mesmo após uma crise pandêmica instaurada e com rebatimentos inigualáveis, vislumbra-se que não ocorre diálogos sobre o Auxílio Emergencial, quem pode acessá-lo, se ocorrem outros auxílios, sobre os impactos sociais e econômicos da covid-19 na vida dos usuários, ou sobre os direitos sociais e a importância da autonomia do sujeito em sociedade. Observa-se, assim, que o:

Que tem se se apresentado na compreensão da assistência se refere ao modo de se processar seu corte estrutural-conjuntural. A partir da teoria da estratificação, a assistência é referida à mobilidade social entre marginalização e integração social. Nessa perspectiva, as ações assistenciais são rechaçadas enquanto reiteram a tutela e não ajudam a romper o ciclo da pobreza. Nesta compreensão privilegiam-se os processos que tornam o cliente um agente participativo (Sposati *et al.* 1992, p. 56).

Verifica-se a falta de compromisso com a emancipação, com os direitos sociais, com a justiça social, entre outros, haja vista que as ações desenvolvidas, e não buscam levar reflexão aos usuários do que vem a ser a Política de Assistência Social e os direitos que dela derivam. E, por conseguinte, os próprios usuários não se tornam conscientes sobre as legislações da referida política, pela própria falta de mobilização e diálogo da gestão.

Assim, de acordo com Sposati *et al* (1992, p. 47), ocorre a reiteração da “subordinação e o anestesiamiento através do atendimento tutelado e ilusório prestado pelos programas assistenciais”. Permeia-se, portanto, ações embasadas na troca do favor e caridade.

Por meio deste cenário visualizado, frente ao estado de calamidade pandêmico que se iniciou em 2020, ainda se reflete nos dias de hoje, mesmo com as ações mencionadas realizadas no município de Maracanã/PA foi possível vislumbrar a realidade precária e exposta de pobreza no município, não sendo possível promover nem o mínimo social.

O que se vislumbra é um processo acelerado e ampliado de assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto, o que difere

imensamente do direito à assistência social. Nesse sentido é que indagamos a quem essa concepção assistencialista - e que vai na contramão das formulações constitucionais - quer proteger. A nosso ver, ela objetiva garantir proteção ao capital, e não à classe trabalhadora. Quer evitar que as “classes perigosas” se rebelem, no mesmo passo em que realizam a gestão de um curto-circuito econômico no processo de reprodução (Boschetti; Behring, 2021, p. 81).

Nesse sentido, corrobora-se com Costa (2020 p. 976), ao enfatizar a necessidade de “programas sociais que gerem emprego e renda, promovam uma melhoria nas condições de habitabilidade das comunidades e dos assentamentos precários, bem como necessitam de proteção social”, tendo em vista que, as ações governamentais e, aqui visualizadas também pelo poder local do município supramencionado, dirigem-se em ações tímidas, que não contribuem para uma rápida saída e atendimento qualitativo aos usuários que cotidianamente recorrem aos serviços da assistência social.

4 CONCLUSÕES

Vislumbra-se que a política de assistência social, como foi possível visualizar a partir de sua historicidade, tem seguido a contradição em suas ações, com formas seletas, pontuais e fragmentadas, uma vez que sua base e fundamentação inserem-se no modo de produção capitalista.

Por intermédio disso, o município de Maracanã/PA, não isento de tal vivência e realidade, também segue a mesma lógica dual, ao ser observado os índices de pobreza e vulnerabilidades que se reproduzem e expressam através dos dados da saúde, assistência social, educação, saneamento, necessidades básicas, bem-estar e oportunidades.

Para tanto, em um período pandêmico, com altíssimos rebatimentos sociais, econômicos, políticos e culturais que a COVID-19 trouxe, as ações desenvolvidas pela prefeitura municipal foram, aqui, consideradas pontuais, ao ser observado somente duas atividades, as quais são: Boletins Epidemiológicos e Plano Municipal de Vacinação. Considera-se que as informações repassadas sobre a crise sanitária que estava instaurada, eram baixas frente a magnitude da situação.

Ademais, relacionado às ações da Política de Assistência Social tem-se também um caso preocupante, em virtude de que o foco maior das ações da assistência social direciona-se às atividades comemorativas, como páscoa, dia das crianças, projetos sociais e oficinas ou cursos. Também, aqui, mas em pequena escala, observou-se ações de informação ao público, habitação, alimentação, conferência e cesta básica.

Realizado o levantamento das ações do SEMTEPS se observou que não ocorrem ações como: rodas de conversa, reuniões, diálogos acerca da importância da emancipação, da autonomia, da justiça social e da equidade. Com isto, ocorre ausência da compreensão de que os usuários são detentores de direitos sociais e humanos, ratificando, assim, sem o devido e necessário debate, o cunho caritativo e clientelístico da assistência social no município.

A prática da política de assistência social, portanto, produz e reproduz-se sobre um viés histórico que traz em seu bojo marcas de contradição e dualidade. Assim, faz-se imprescindível a luta contínua por uma visão que esteja amparada na viabilização dos serviços da assistência social às classes subalternas, ensejando maiores mecanismos de participação nos planejamentos de programas e projetos, rumo à real defesa da cidadania e dos direitos, convergindo sempre à bandeira da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

Abreu, Maria Helena Elpído. E. A apropriação do território nas políticas de assistência social e habitação. In: *Território, política social e serviço social: caminhos e armadilhas no contexto social-liberalismo*. Campinas: Papel Social, 2016, p. 168-244.

Behring, Elaine; Boschetti, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

Behring, Elaine Rossetti; Boschetti, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo, Cortez, 2009.

Behring, Elaine Rossetti; Boschetti, Ivanete. Assistência Social na pandemia da Covid-19: proteção para quem? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

Belik, Walter; Del Grossi, Mauro. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais no Brasil. *Anais do XLI Congresso Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Juiz de Fra/MG, p. 1-34, 2003.

BRASIL, Lei Federal nº 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Ano CXVLVII, nº 129. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 28.03.2023.

BRASIL, Ministério da Cidadania. *A Assistência Social*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social>. Acesso: 23.04.2022.

BRASIL. *Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD)*. Cadastro Único em Maracanã/PA. 2022. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#> >. Acesso: 23.04.2022.

BRASIL. *Auxílio Brasil*. Relatório do Auxílio Brasil e Cadastro Único. 2022. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pabcad/relatorio-completo.html>>. Acesso: 23.04.2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Coronavírus Brasil*, 2022. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso: 20.03.2022.

Castilho, Daniela R. Lemos, Esther Luíza de S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katályses, Florianópolis*, v. 24, n. 2, p. 269 – 279, maio\ago, 2021.

Costa, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul.- ago. 2020.

Faleiros, Vicente de Paula. *O que é política social*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Fagnani, Eduardo. A política social no governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. *Texto para discussão IE\UNICAMP*, Campinas, n. 192, jun. 2011.

Freitas, Rosana de C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Katályses, Florianópolis*, v. 10, n. 1, p. 65-74, jan/jun. 2007.

Godinho, Isabel Cavalcante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as políticas sociais. *Anais do I Circuito de debates acadêmicos*. Brasília, p. 39, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviços de Saúde. *Maracanã/Pará/Brasil*. 2009. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maracana/pesquisa/32/28163>>. Acesso: 24.04.2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Índice de Desenvolvimento Humano: Maracanã/Pará/Brasil*. 2010a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maracana/pesquisa/37/30255?localidade1=0&tipo=ranking>>. Acesso: 23.04.2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Maracanã/Pará/Brasil*. 2010b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maracana/panorama>>. Acesso: 24.04.2022.

IPS, Índice de Progresso Social. *Índice de Progresso Social do município de Maracanã/PA de 2018*. 2018. Disponível em: <https://ipsamazonia.org.br/local/dashboard/1504307#aspects%5B%5D=1504307&map-view=city&map-type=performance&active-cat=1&page=1&tab=scorecard> . Acesso: 26.03.2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil/ Pará/ Maracanã*. 2021a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maracana/panorama>>. Acesso: 23.04.2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto*. 2021b. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso: 23.04.2022.

LAVINAS, L. *A melhor linha de pobreza para o Brasil*. Paper, 2005. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/379215329/Lavinas-a-Melhor-Linha-de-Pobreza>>. Acesso em: 05.04.2022.

LUKÁCS, György. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: *Para uma ontologia do ser social I*. Boitempo, 2012, p. 196-294.

Matias, Juliana Cândido; Barros, Josemir Almeida. As políticas sociais nos planos nos governos presidenciais de 2018 no Brasil e na mídia. *Revista de Políticas Públicas*, v. 23, n. 1, p. 339–355, 2019.

Montaño, Carlos. *A natureza do Serviço Social*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

Netto, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700.

Pereira, Amazoneida Potyara. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2009.

Pereira, Potyara Amazoneida. Política social contemporânea a: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R. (Orgs). *A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, p. 15-26.

Prefeitura Municipal de Maracanã/PA. *Boletins Epidemiológicos Covid-19*. 2021. Disponível em: <<https://maracana.pa.gov.br/c/boletins-covid-19/>>. Acesso: 27.03.2022.

Prefeitura Municipal de Maracanã/PA. *Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19*. 2021. Disponível em: <https://maracana.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/PLANO-MUNICIPAL-DE-VACINA%C3%87%C3%83O-CONTRA-COVID-19-Maracan%C3%A3.PA_.pdf>. Acesso: 27.03.2022.

Prefeitura Municipal de Maracanã/PA. Organograma. 2022. Disponível em: <https://maracana.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/ORGONOGRAMA.pdf>. 2022. Acesso: 14.03.2022.

Prefeitura Municipal de Maracanã/PA. *Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social*. 2022. Disponível em: <https://maracana.pa.gov.br/portal-da-transparencia/estrutura-organizacional/secretaria-de-assistencia-social/>. Acesso: 14.03.2022.

Sposati, Aldaiza de O. et al. *Assistência Social na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 677 – 693, 2014.

Informações Adicionais

<i>Biografia profissional</i>	<p>Vivianne Thayná Teixeira Amaral é assistente social formada pela Universidade Federal (UFPA) em 2018 e Mestre em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA) em 2023. Especialista em Gestão em Serviço Social e Projetos Sociais; Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Administração e Auditoria nos Serviços de Saúde pela Faculdade Futura em 2020-2021. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando nas seguintes temáticas: formação e trabalho profissional, habitação social, questão urbana, participação social, reforma urbana e assistência social. Bolsista de pesquisa em 2015-2016 e 2017-2018 e bolsista de extensão em 2016-2017. Publicou 13 trabalhos em anais de eventos. Recebeu Prêmio de Láurea Acadêmica 2018.</p> <p>Roselene de Souza Portela é docente adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará - UFPA. Possuindo doutorado em Ciências Socioambientais – NAEA/UFPA. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: regularização fundiária, habitação; participação popular, conflitos socioambientais; assistência social; formação e trabalho profissional. Publicou 12 artigos em periódicos e 32 trabalhos em anais de eventos. É autora de 17 capítulos publicados em livros. Tem 9 orientações de mestrado concluídas e recebeu prêmio Destaque da Iniciação Científica e Tecnológica da UFPA em 2017 e 2019.</p>
<i>Endereço para correspondência</i>	Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Rua Augusto Correa, s/n, Bairro Guamá, Belém, PA – Brasil. CEP: 66075900.
<i>Contribuição de autoria</i>	Análise formal: AMARAL, Vivianne Thayná Teixeira; PORTELA, Roselene de Souza. Conceituação: AMARAL, Vivianne Thayná Teixeira; PORTELA, Roselene de Souza. Curadoria de dados: AMARAL, Vivianne Thayná Teixeira. Escrita – Primeira Redação: AMARAL, Vivianne Thayná Teixeira. Escrita – Revisão e Edição: PORTELA, Roselene de Souza. Investigação: AMARAL, Vivianne Thayná Teixeira.
<i>Conflito de interesse</i>	Nenhum conflito de interesse foi declarado.
<i>Aprovação no comitê de ética</i>	Declaro que a pesquisa foi enviada a comitê de ética e sob o número do processo: CAAE: 67192023.6.0000.0018
<i>Contexto da pesquisa</i>	O artigo deriva da dissertação “O trabalho profissional do assistente social na política de assistência social em Maracanã, Pará, Brasil”, orientada por Prof. ^a Dr. ^a Roselene de Souza Portela, na Universidade Federal do Pará, Programa de

	Pós-Graduação em Serviço Social, defendida no ano de 2023 – link: https://drive.google.com/file/d/1gxMr6lLSwCFumYyzsCO0NL0lu9BDBXYE/view
Preprint	O artigo não é um preprint.
Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais	Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.
Método de avaliação	Revisão por pares anônima dupla (Double anonymous peer review).
Direitos autorais	Copyright © 2025, AMARAL, Vivianne Thayná Teixeira; PORTELA, Roselene de Souza.
Licença	Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (Licença CC BY).
Histórico editorial	<i>Data de Submissão:</i> 02/03/2025 <i>Data de modificação:</i> 27/04/2025 <i>Data de aprovação:</i> 30/04/2025